ISSN: 2358-8829

CAMINHOS FREIRIANOS: A INFLUÊNCIA DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E EM SÃO TOMÉ E PRINCÍPE

Lilian Gomes Soares [1]
Jariane Cunha Oliveira[2]
Ilanne da Silva Pereira[3]
Kelly Almeida de Oliveira[4]

INTRODUÇÃO

No presente artigo, será discutido a educação de jovens e adultos (EJA), que é uma oportunidade destinada as pessoas que não tiveram o acesso ao ensino fundamental e médio na idade escolar. É essencial, destacar que a educação é indispensável para que ocorra transformação social, pois desempenha um papel fundamental para reduzir as desigualdades socioeconômicas, transformar indivíduos em cidadãos críticos e reflexivos dentro da sociedade.

No contexto educacional, torna-se relevante discussões relacionadas a Educação de Jovens e Adultos, pois, segundo Marques e Rubio (2012), é considerada mais do que um direito para os cidadãos brasileiros, ela é a chave que abrirá as portas para o seu pleno exercício da cidadania. É relevante mencionar alguns autores que contribuíram para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Martha Kohl Oliveira, entre outros. Mediante o foco da pesquisa, foi selecionado algumas obras do Educador Paulo Freire para análise, por intermédio de sua grande influência no desenvolvimento da EJA, tanto no Brasil quanto em São Tomé e Príncipe, países selecionados para a pesquisa.

Nessa perspectiva, é considerável discutir como Paulo Freire contribuiu para o desenvolvimento da alfabetização de jovens e adultos no Brasil e em São Tomé e Príncipe, tendo como objetivo investigar as contribuições de Paulo Freire em ambos os

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, gomes.lilian@discente.ufma.br;
[2] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, jariane.oliveira@discente.ufma.br
[3] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ilanne.silva@discente.ufma.br;
[4] Professora orientadora: Doutora , Universidade Federal do Maranhão- UFMA, ka.oliveira@ufma.br .

países. A escolha de São Tomé e Príncipe se justifica por ser um arquipélago Africano com grande riqueza cultural e histórica, que está localizado no leste do continente africano, formado por duas ilhas principais e ilhéus menores. Dentre os 54 países do continente, é um dos seis Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa se caracteriza com uma estratégia qualitativa, por meio de uma análise bibliográfica, utilizando-se de o método comparativo. A abordagem qualitativa segundo Fairbrother (2015) "incluem a etnografia, a pesquisa histórica e os estudos de caso.". Este trabalho foi elaborado através da pesquisa histórica, buscando conhecer como se desenvolveu a Educação de Jovens e Adultos nos dois países. O estudo ocorreu na base de dados do Google Acadêmico, com a seleção de artigos e teses, abordando o tema escolhido, pois segundo Gil (2002), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Por meio dessa análise, desenvolveu-se um estudo comparativo entre Brasil e São Tomé e Príncipe, investigando as contribuições de Paulo Freire para a EJA, como determina Mazon (2015), "A maioria dos estudos de educação comparada tem sido de natureza espacial/geográfica, investigando fenômenos educacionais em diferentes lugares". A análise ocorreu entre os meses de maio a julho de 2025, na disciplina de Estudos Comparados em Educação. Para tanto o artigo está organizado em sessões que abordam o contexto histórico, as contribuições de Paulo Freire, a análise do quadro comparativo e as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96 dispõe na seção V, Art. 37, a quem será destinado a educação de jovens e adultos, estabelecendo que:

> A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Brasil,1996, p. 32)

Os primeiros marcos de surgimento da educação de jovens e adultos no Brasil foi no período colonial, com a chegada dos jesuítas que se dedicavam a catequização dos indígenas, e a alfabetização de fato era ofertada apenas para crianças e jovens da elite.

ISSN: 2358-8829

Após alguns anos, ocorreram mudanças no cenário educacional do Brasil. A educação de jovens e adultos passa a ser valorizada, Segundo Beleza e Nogueira (2020, p. 05) “O ensino passa a se tornar legalizado pela Lei Saraiva de 1882, inserida após a Constituição Federal de 1891, que impossibilita o voto ao analfabeto, registrando apenas dos eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever”, surgindo assim um cenário de disputas de poder por questões eleitorais.

Entretanto, a EJA não foi pensada apenas para alfabetizar, “sendo pensada de forma utilitária, especialmente para educar trabalhadores produtivos e passivos, subordinados a um sistema normativo” (De Freitas; Vermelho, 2023). Dessa forma, a educação não era pensada como formar de inserir as pessoas na sociedade para que soubesse exercer seus direitos de cidadãos, atuando de forma crítica, mas apenas em preparar para executar uma atividade industrial.

Através da Constituição Federal de 1934, foi instituído o ensino primário para todos, de forma obrigatória e gratuita, acolhendo diversos setores da sociedade. Em 1947, devido a concentração de muitas pessoas nas grandes cidades, ocorreram as primeiras campanhas de alfabetização direcionadas para jovens e adultos, dentre elas a Campanha Nacional de Educação e Saúde (CEAA), com o propósito de instruir esse público nos aspectos sociais e econômicos (Miranda; Souza, 2016). Porém, a EJA ainda era vista como uma ferramenta de controle social por parte dos grupos dominantes do país.

No período de 1960, pós – segunda guerra mundial, ocorreu a influência de Paulo freire com uma nova concepção de educação, voltada para o ensinar a partir da realidade dos educandos, criando essa concepção para atender a classes dos menos favorecidos dentro da sociedade, enfatizando a necessidade do conhecimento da cultura popular, tanto quanto sua valorização. Porém, essa nova concepção causou desconforto nas classes dominantes, pois o pensamento crítico das classes populares seria uma ameaça para eles, e após isso, veio o golpe militar em 1964 e foi nesse período, que se estabeleceu o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com o objetivo de combater o analfabetismo, porém acabou sendo extinto em 1985 devido ao seu fracasso, causado pela falta de capacitação dos monitores e foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de jovens e adultos – Educar (De Freitas; Vermelho, 2023).

Com o declínio da ditadura militar, o país passou pelo período de redemocratização, no qual foi instituída uma nova Constituição Federal em 1988, em que foi incluída a Educação de jovens e adultos, principalmente pelas pressões sociais ocorridas na época.

No entanto, essas promessas muitas vezes não se transformaram em ações reais (Hadda; Di Pierro, 2000). Nos anos de 1990, a Fundação Educar foi extinta, de fato, fazendo com que a responsabilidade pela EJA fosse passada da União para os municípios, tendo um crescimento no número de matrículas e em 1996 foi aprovada a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394),que segundo Haddad e Di Pierro:

> A verdadeira ruptura introduzida pela nova LDB com relação a legislação anterior reside na abolição da distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo, integrando-a organicamente a educação de jovens e adultos ao ensino básico comum. (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 122).

Em 1995, o congresso começou a pensar na criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), na qual exigiu a regulamentação adicional, mas este foi vetado pelo próprio presidente, deixando o financiamento apenas para os alunos de 7 a 14 anos, visto que as demandas eram mais elevadas na época, a educação de jovens e adultos foi sendo deixada de lado. Em 1996, foi planejado o Programa Alfabetização Solidária (PAS), que foi pensado para jovens e adultos, destinado aos municípios e periferias urbanas, onde havia um alto índice de analfabetismo (Hadda; Di Pierro, 2000). Ainda nesse período, é importante ressaltar que a EJA ganhou mais relevância pois passou a ser estabelecida como parte da educação básica, a partir da Lei de número 9.394/96, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 2001, foi lançado o Programa Recomeço, com maior visibilidade nas regiões norte e nordeste. Nesse mesmo ano, foram aprovadas 26 metas voltadas para a EJA, com vigência de 2001 a 2010. Ainda nos anos 2000, foi o lançado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e, logo após, foi instituído, por meio do decreto n° 5.478/05, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (ProEja), e ainda em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que ofereceu vagas em cursos profissionalizantes. Nos últimos anos, devido as crises e instabilidades políticas nos governos, e com a implementação da Base Nacional Comum Curricular em 2018, não existe uma seção destinada a educação de jovens e adultos neste documento (De Freitas; Vermelho, 2023).

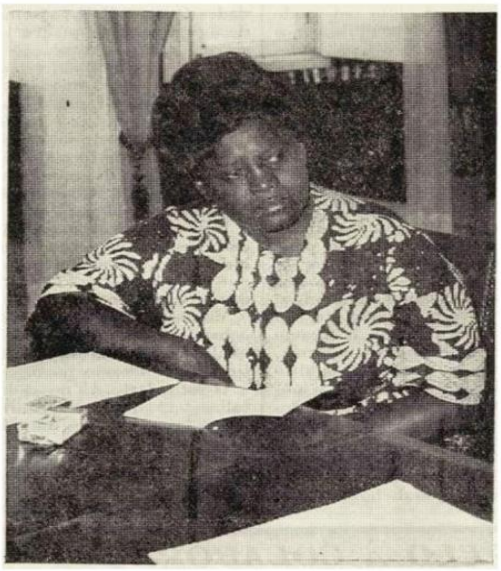
CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA EM SÃO TOME E PRINCÍPE

ISSN: 2358-8829

A educação de jovens e adultos (EJA) em São Tomé e Principe surgiu após independência de Portugal. Durante todo o período colonizado pelos portugueses, as escolas coloniais eram apenas para os jovens da elite, visto que não era de interesse dos portugueses que os colonizados fossem escolarizados. Entretanto segundo a autora Reibnitz (2025, p. 56), "até a independência de São Tomé e Príncipe havia pouca preocupação com a alfabetização de adultos, que poderia ser encontrada praticamente apenas nas chamadas Escolas de Mato". Assim, essas foram as primeiras evidencias da alfabetização de jovens e adultos.

Em 12 de julho de 1975, São Tomé e Príncipe passou a ser um país independente e a partir daí, o governo passou a tomar providências em vários setores e dentre eles, a educação. Devido ao alto índice de pessoas não alfabetizadas, abre – se os olhos para o Educação de Jovens e Adultos, visto que o país estava construindo sua identidade. Nesse contexto, é eleita como ministra da educação Alda Espírito Santo (Figura 1), professora, poeta, militante, que se destacou como um importante figura durante todo esse processo de independência do país, como afirma Reibnitz (2025, p. 58) "a mim me parece possível pensá-la como a matriarca do país". Diante disso torna-se evidente o reconhecimento do seu papel fundamental na luta pelo desenvolvimento de uma educação de qualidade ao povo santomensense, bem como propulsora de movimentos que tiveram contribuições do educador brasileiro Paulo Freire.

FIGURA 1- Ministra Alda Espirito Santo.



Fonte: Jornal Revolução, n. 3 de 22/08/75, p.2.

Dentre as várias ações realizadas pela ministra, uma delas foi a criação de uma lei que determinava os procedimentos que deveriam ser seguidos para a formação de educadores para que estes fossem capacitados para alfabetizar jovens e adultos. Nesse mesmo período, houve também a formulação de cadernos pedagógicos, formados a partir de palavras geradoras. Uma delas era a palavra 'Povo", que nas páginas seguintes havia seu significado e frases formadas a partir dela. A partir disso, Paulo Freire foi convidado pelo governo para estar contribuindo com seus conhecimentos em São Tomé e Príncipe, ajudando-os na construção de uma educação que pudesse atender as necessidades do país (Reibnitz,2025).

Em 1981, houve uma Grande campanha de alfabetização que buscava a erradicação o analfabetismo, entretanto o programa não atingiu as expectativas por diversos fatores, dentre eles a falta de recursos e profissionais capacitados, além das crises políticas e econômicas sofridas na época. Após isso, segundo Reibnitz (2025), em meados de 1990, quase não se ouvia falar de alfabetização para adultos, e um dado encontrado por ela foi de uma ONG chamada Fundação de Santa Cruz D'Anguéné, que estava vinculada a igreja católica e fazia esse trabalho nessa época.

Entre os anos de 2001 e 2011, houve uma parceria entre o governo brasileiro e santomensense, através da ONG Alfabetização Solidaria (AlfaSol). Segundo Reibnitz:

> A equipe da AlfaSol fez, ao longo de dez anos, diferentes formações com professoras/es e gestoras/es da área da educação de jovens e adultos (EJA), contribuindo para a estruturação de uma Direção de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) que se mantém até a atualidade, e um livro didático para alfabetização, chamado Sebê Nón (que significa nosso conhecimento, ou nosso saber, em língua forro). (Reibnitz,2025, p. 338)

Em 2012, o país obteve uma elevada taxa de alfabetização sendo considerado um dos mais altos índices dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Anos depois, ainda não foi realizado um novo levantamento, dessa forma, segundo Reibnitz:

> De acordo com documentos coletados por mim no país insular, no ano letivo de 2022/2023 estavam matriculados 814 estudantes, em 52 turmas, tanto de alfabetização como de pós-alfabetização. O número representava um crescimento em relação aos dois últimos anos letivos, com 526 estudantes em 2019/2020 e 783 em 2020/2021, provavelmente impactados pela pandemia de Covid-19. Contudo, muito abaixo dos anos em que vigorava a parceria com a AlfaSol, sendo o ano de 2009 o maior, quando se atingiu mais de 3.000 estudantes. (Reibnitz,2025, p. 339)

Na atualidade, a legislação em vigor que estabelece as diretrizes para a educação de jovens e adultos é a Lei n° 4/2018, art. 34°, que trata do ensino recorrente, destinado a pessoas que não tiveram acesso na idade normal ao ensino regular (São Tomé e

ISSN: 2358-8829

Principe,2019). Vale ressaltar a influência de Paulo Freire nas ilhas até hoje, pois nas escolas, além dos métodos e pesquisas utilizados, há diversas frases de Freire expostas nos muros e paredes.

CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA EJA NO BRASIL

No cenário educacional brasileiro, Paulo Freire teve grande influência na educação, especialmente na área de alfabetização de jovens e adultos. No final da década de 1950, o educador formulou suas primeiras propostas pedagógicas voltadas para alfabetização, que tinha como foco a transformação social da população, sendo um dos principais pesquisadores e pioneiros nessa área.

Segundo o Brasil de Fato (2021), Freire coordenou o Movimento de Cultural Popular (MCP), participou de forma ativa do Movimento Educação de Base (MEB) e do Centro Popular de Cultura (CPC), e ainda realizou campanhas de alfabetização, como a "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", na capital do Rio Grande do Norte, em 1961 e a campanha "Alfabetização de Angicos", onde ocorreu a alfabetização de agricultores, nesse mesmo estado.

Segundo De Oliveira e Dos Santos (2018), em 1963, ele foi convidado a formular o primeiro Plano Nacional de Alfabetização, porém não teve sucesso, pois na década de 1964, período da ditadura militar, ocorreu forte repressão de um regime autoritário, no qual o educador sofreu perseguição e foi exilado, por defender uma pedagogia libertadora, que não correspondia com as normas do regime.

Após voltar do exílio, na década 1980, ele assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, criando o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA-SP), sendo um modelo de política pública voltado para a EJA, e somente em 2003, essa política ganhou força no âmbito nacional (De Oliveira; Dos Santos, 2018, p.50). A partir daí, é possível observar a mudança na perspectiva do ensino de jovens e adultos, bem como para a educação de modo geral, visto que os estudos de Freire contribuíram para que a educação do país mudasse suas perspectivas, passando de uma educação tecnicista para uma educação voltada para formação de cidadãos críticos e participantes ativos na sociedade.

Com isso, entendemos a necessidade de considerar as experiencias de vida de cada aluno, bem como sua participação ativa na no processo de aprendizagem, já que o professor passou de um mero transmissor de conteúdos para aquele que irá mediar o

conhecimento em sala, nos quais tanto professor como aluno, são os atores principais na construção do conhecimento, sendo um ato não somente pedagógico, mas principalmente político uma vez que os estudantes da EJA compreenderiam suas realidades políticas, sociais e econômicas, podendo exercer sua cidadania, combatendo a exclusão dos mesmo.

Dessa forma, compreendemos o papel fundamental de Paulo Freire na transformação da educação no Brasil, visto que mesmo após sua morte em 1997, seus estudos permanecem relevantes até a atualidade, surgindo a partir dele, estudos que buscam facilitar o aprendizado, de maneira a formar pessoas ativas na sociedade, buscando transformar suas realidades através da educação, principalmente em relação ao EJA, pelo fato de que seus estudos contribuíram consideravelmente para este campo

CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA EJA EM SÃO TOMÉ E PRINCIPE

Com a emancipação política de São Tomé e Príncipe, foram criadas leis que estabeleciam os rumos para a educação no país. Em junho de 1976, Paulo Freire chega ao país, com o apoio do Instituto De Ação Cultural (IDAC), que foi fundado em 1971, em Genebra, Suíça, onde residiu quando foi exilado do Brasil. Através do governo das ilhas, o educador foi convidado para contribuir nas campanhas de alfabetização de adultos que se iniciaram no período pós independência. Paulo Freire iniciou suas contribuições por meio da experiencia na vila em Monte Mário, com o Primeiro Seminário Nacional de Alfabetização (Figura 2), onde os moradores foram alfabetizados a partir de palavras geradoras que faziam parte do seu cotidiano. Segundo Reibnitz:

> As atividades práticas do Seminário foram realizadas em Monte Mário, com a criação do primeiro Círculo de Cultura e a formação dos primeiros animadores e animadoras culturais. No período, também foi formada a Comissão Interministerial para Alfabetização de Adultos, um grande grupo criado no interior do governo para o enfrentamento da questão, demonstrando também sua importância e direcionamentos. (Reibnitz,2025, p. 185).

Com isso, podemos observar como o governo santomenses se empenhou durante todo esse período alinhando-se as contribuições de Paulo Freire com as necessidades que estavam presentes no país. Foram também enviadas cartas aos animadores e animadoras do país, nome dado aos alfabetizadores. Nessas cartas havia instruções de Paulo Freire, explicando como eles poderiam utilizar os cadernos de cultura popular que foram formulados a partir do seminário e da experiencia em Monte Mário. Com isso, foram

criados diversos Cadernos de Cultura Popular, e o primeiro sendo criado através dessa experiencia (Reibnitz,2025).

FIGURA 2 - Paulo Freire em Monte Mário.



Fonte: Acervo Educador Paulo Freire, reproduzida em: REIBNITZ,2025.

Diante disso, é relevante mencionar que as contribuições de Paulo Freire foram as mudanças na concepção de alfabetização, a formação de alfabetizadores, produção de materiais pedagógicos, valorizando a identidade nacional, que foram essenciais para o país durante o processo de alfabetização de jovens e adultos, pois utilizava o seu método para promover uma aprendizagem transformadora como base na experiencias individuais e cultura local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise bibliográfica realizada, buscou-se comparar aspectos educacionais e socioeconômicos do Brasil e de São Tomé e Príncipe, considerando as particularidades de cada país e suas relações com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, foram reunidos indicadores que permitem observar algumas diferenças entre os dois contextos, conforme apresentado no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Comparativo entre Brasil e São Tomé e Príncipe

PAÍS	BRASIL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Área territorial	Aproximadamente 8.510.417,822 km²	Aproximadamente 991 km²
População	212,6 milhões	209.607
Índice de Desenvolvimento Humano	84°	144°
Posição do PISA	60°	Não ocupa nenhuma posição
Produto Interno Bruto (PIB)	3,5%	0,4%
Parcela do PIB destinado a educação	4,9%	5,16%

Idade obrigatório de ingresso	4 anos	6 anos
Taxa de analfabetismo	5,3%	9,9%
Idade para ingresso no EJA	15 anos para o fundamental e 18 anos para o médio	15 anos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Na construção do quadro comparativo, buscamos fazer uma análise entre os indicadores educacionais e socioeconômicos de Brasil e São Tomé e Principe. Constatamos que o Brasil ocupa a 60° posição na classificação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), ao mesmo tempo que São Tomé e Principe não faz parte dessa avaliação por diversos fatores, entre eles econômicos, técnicos, prioridades no campo educacional e falta de estrutura.

Observa-se a diferença que há em termos populacionais. No Brasil há mais de 212 milhões de habitantes, enquanto São Tomé e Príncipe apresenta uma quantidade inferior com aproximadamente 210 mil pessoas, estando relacionado a área territorial de ambos os países, visto que o Brasil possui maior área territorial, com cerca de 8.510.417,822 km2, São Tomé e Príncipe com uma área de 991 km2, impactando diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) dos países analisados. Porém, segundo as pesquisas, o valor do PIB destinado a educação no Brasil em 2022 foi de 4,9%, enquanto em São Tomé e Príncipe foi 5,16%. Com isso, torna-se evidente uma preocupação de São Tomé e Principe no que diz respeito a educação, já que o valor destinado é superior ao do Brasil.

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países revelam uma elevada disparidade socioeconômica, o Brasil ocupando a 84° posição e São Tomé e Principe está na posição 144°. Além disso, a oferta e obrigatoriedade do ensino pode afetar negativamente o desenvolvimento das crianças, visto que no Brasil a idade obrigatória inicia-se aos 4 anos em São Tomé e Príncipe, aos 6 anos.

A taxa de analfabetismo foi outro dado apresentado na tabela revelando a desigualdade e permanência na educação básica, já que São Tomé e Principe apresenta uma taxa de 9,9% sendo superior à do Brasil. Para as pessoas que não tiveram acesso na idade prevista é ofertado a educação de jovens e adultos com idade mínima de 15 anos, porém no Brasil há uma distinção entre a idade para ingressar nos níveis fundamental e médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise comparativa realizada, percebe-se que o Educador Paulo freire desenvolveu projetos e campanhas fundamentais de incentivo à valorização da educação de jovens e adultos, tanto em São tome e príncipe como no Brasil.

Através do seu método, contribuiu para as produções de materiais para a alfabetização de jovens e adultos, valorizando o sujeito como centro desse processo, considerando a cultural local com forte potencial para a educação, defendendo que em ambos os países a alfabetização tinha como base o conhecimento de mundo dos educandos, que envolvia o trabalho e cotidiano, pois por meio desse conhecimento utilizava-se palavras gerados que tinha significado para o educandos, promovendo uma educação para a prática da liberdade e para a formação de cidadãos críticos e reflexivos de sua realidade local.

Portanto, Paulo Freire contribuiu expressivamente na educação de jovens e adultos, e seu legado permanece vivo e indispensável para promover uma educação libertadora, consciente e voltada para a transformação social.

Palavras-chave: EJA; Brasil; São Tomé e Príncipe; Paulo e Freire.

REFERÊNCIAS

BELEZA, Janderlane Oliveira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – RECH**, v. 4, n. 2, p. 107–126, jul./dez. 2020.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. Atualizada até agosto de 2023. ISBN 978-65-5676-391-0 (impresso).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

DE FREITAS, Eduardo Silva; VERMELHO, Sônia Cristina Soares Dias. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-LDB/96: há possibilidades emancipatórias? **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 10, p. 17919–17940, 2023.

DE OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; DOS SANTOS, Tânia Regina Lobato. A contribuição de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos na América Latina. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, p. 45–52, 2018.

FAIRBROTHER, Gregory P. Enfoques quantitativos e qualitativos na Educação Comparada. In: BRAY, Mark; ADAMSON, Bob; MASON, Mark (org.). **Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos**. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 101–126.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. In: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44–45.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108–130, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, [2025?]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (São Tomé e Príncipe). **Sobre nós**. Disponível em: https://www.ine.st/.

MANZON, Maria. Comparações entre lugares. In: BRAY, Mark; ADAMSON, Bob; MASON, Mark (org.). **Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos**. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 127–168.

MARQUES, Bárbara Charlois; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. O processo de alfabetização de jovens e adultos. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 3, n. 1, p. 7, 2012.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. **Seminário de Iniciação Científica**, v. 5, p. 1–3, 2016.

REIBNITZ, Cecília de Sousa et al. **Pá tudú povô bili uê: caminhos e sentidos da alfabetização de adultos em São Tomé e Príncipe com Paulo Freire.** 2025

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Lei n.º 4/2018, de 18 de fevereiro. Lei de Bases do Sistema Educativo. **Diário da República**, 1.ª série, n. 14, p. 115–132, 2019.

SILVA, Pedro. Vida e trajetória de Paulo Freire – parte 1. **Brasil de Fato**, 14 set. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/pedro-silva/2021/09/14/vida-e-trajetoria-de-paulo-freire-parte-1/.